



CAU/RJ

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro

Ofício nº 147/2023 - PRES/CAU-RJ

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2023

Ao Ilmo. Sr.

RICARDO FIGUEIREDO DA CONCEIÇÃO

Subsecretário de Contratos e Convênios - SEMDUR

Prefeitura de São Gonçalo

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Rua Feliciano Sodré, 100
Centro – São Gonçalo | RJ

cpl.semcomp@gmail.com

Assunto: Impugnação de Edital de Concorrência Pública n. 005/2023 para contratação de empresa prestadora de serviço de elaboração de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia.

Prezados Senhores,

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAU/UF foram criados com a Lei nº 12.378 de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo no país. Autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, o CAU possui a função de *“orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”* (§1º do Art. 24º da Lei 12.378/2010).

Isto posto, informamos que tivemos acesso ao edital em epígrafe, no qual identificamos uma série de elementos preocupantes, que podem frustrar o interesse público de contratar empresas devidamente qualificadas para prestação dos serviços discriminados, e por consequência, inviabilizar os benefícios esperados para a população. O motivo maior desta preocupação reside especialmente na grande abrangência do objeto e à falta de definições claras quanto ao seu escopo. Por este motivo, vimos apresentar a presente impugnação, conforme fundamentado a seguir.

a) Ausência de caracterização adequada do objeto:

Para que seja possível a elaboração de uma proposta de prestação de serviços de desenvolvimento de projetos de qualquer natureza, há uma premissa básica fundamental que é a definição de qual será o objeto do projeto. É necessário que a empresa saiba previamente à apresentação da proposta, se irá elaborar um projeto de

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925



um hospital, de uma escola, de uma praça ou de um viaduto. Até mesmo porque, dadas as diversidades de tais programas de uso, uma empresa especializada na elaboração de projetos de viadutos, certamente não possui a mesma expertise na elaboração de projetos de um hospital, por exemplo.

Nos causa, portanto, grande estranheza o objeto genérico e abrangente do presente certame, que envolverá o desembolso de recursos financeiros de grande vulto por parte do poder municipal, sem que haja clareza quanto ao serviço que está sendo contratado e, pior, se a empresa vencedora de fato é a mais qualificada para a prestação destes serviços tão diversos.

Cabe destacar que a Lei 8.666/1993 veda explicitamente a contratação de serviços sem a adequada caracterização de seu objeto:

“Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto.” (grifos nossos).

Cabe destacar ainda que, para se bem dimensionar de forma efetiva o valor de um projeto de edificação nova ou reforma, é fundamental termos acesso a informações básicas, tais como as características do terreno ou da edificação que se pretende reformar, pois tais características podem ampliar ou reduzir a complexidade do projeto a ser desenvolvido e, naturalmente, as horas de trabalho necessárias para a sua execução e, por consequência, o valor do projeto. A ausência de tais informações irá acarretar em uma proposta imprecisa, passível de aditivos em função de necessidades não conhecidas quando da sua elaboração, ou o desenvolvimento de projetos de baixa qualidade.

b) Agrupamento indevido de serviços distintos:

A ausência de definição clara e precisa do objeto do projeto atrai para a licitação uma segunda ilegalidade, qual seja o descumprimento do inciso IV. do art. 15 da Lei 8.666/1993:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;” (grifos nossos).

Ora, se a empresa contratada deverá elaborar projetos de arquitetura, de engenharia e disciplinas complementares de edificações e equipamento das mais diversas naturezas (variando de viadutos a hospitais), é certo que não se está reconhecendo a realidade do mercado, onde as empresas vão se especializando em

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925



nichos de atuação, e desenvolvendo maior qualidade e experiência no desenvolvimento de determinados tipos de projetos, em detrimento de outros. Do modo como o edital está construído, há uma grave ofensa ao princípio da livre e ampla concorrência, ao limitar indevidamente a quantidade de empresas aptas a participar do certame, uma vez que poucas serão capazes de executar projetos tão abrangentes e diversos ao mesmo tempo.

A própria Lei 8.666/1993 reforça este argumento através de seu art. 23, §1º, que nos parece não ter sido observado, quando da elaboração do edital:

*“§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração **serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à **ampliação da competitividade** sem perda da economia de escala.”* (grifos nossos).

Ao contrário do que a Lei postula, a licitação em apreço reduz enormemente a competitividade, sem qualquer justificativa plausível, e ignora a oportunidade de aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, isto é, a contratação de empresas diversas para a realização de serviços também diversos.

c) Subcontratação e exigência de registro junto ao CBMERJ:

Dada a abrangência dos serviços contratados, nos causa grande estranheza que haja uma vedação total à subcontratação de serviços no edital (item 4.9), possibilidade esta reconhecida pela própria Lei 8.666, em seu art. 72:

*“Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento**, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.”* (grifos nossos).

A própria exigência de registro da empresa junto ao CBMERJ (item 6.4..2.2. do edital) nos parece desarrazoada, uma vez que os projetos de prevenção e combate a incêndio constituem uma parcela bastante reduzida do escopo total do serviço, sendo perfeitamente plausível que tal parcela pudesse ser objeto de uma subcontratação.

d) Critério de julgamento por menor preço global:

Também nos causa preocupação o critério de julgamento escolhido, isto é, o menor preço global da proposta. Dada a extensão e complexidade do objeto,

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925



entendemos que a qualificação técnica não é suficiente para garantir a vantajosidade da contratação para a administração pública. É inegável que objeto da possui natureza eminentemente intelectual e, portanto, não padronizável. A elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e disciplinas complementares para diversos tipos de edificações constitui serviço altamente especializado, a ser produzido de forma específica, **impossível** de reprodução seriada ou padronizada. Não se trata, em hipótese alguma, de um “produto de prateleira” como, por exemplo, objetos de mobiliário que possam ser adquiridos em estoque. Entendemos, portanto, que a forma de julgamento escolhida (menor preço global) é inadequada para um objeto desta natureza, abrangência e complexidade.

Destacamos ainda o art. 46 da Lei Federal 8.666 de 1993, que indica qual tipo de licitação deve ser adotada em casos desta natureza:

*Art. 46. Os tipos de licitação "melhor técnica" ou "técnica e preço" serão utilizados exclusivamente para **serviços de natureza predominantemente intelectual**, em especial na **elaboração de projetos**, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e **projetos básicos e executivos**.” (Grifos nossos).*

Ou seja, a legislação é **explícita** ao indicar o tipo ‘técnica e preço’ para serviços de **elaboração de projetos**, como é o caso deste certame.

Ressaltamos que, de acordo com o art. 46 da Lei Federal 8.666, também será necessário definir critérios de avaliação técnica “*com clareza e objetividade no instrumento convocatório considerando a capacitação e experiência do proponente, a qualidade técnica da proposta, compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos materiais a serem utilizados nos trabalhos, e a qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução*”. Além disso, será necessário estabelecer pesos de valorização das propostas segundo critérios de técnica e de preço, de modo a permitir a classificação dos proponentes.

e) Item 6.4 (CAT) averbada pelo CAU

O item 6.4 do edital prevê que a comprovação técnico-profissional se dê mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida apenas pelo CREA. Entendemos que se trata de equívoco do edital, uma vez que está prevista a elaboração

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925



de diversos projetos de competência compartilhada entre arquitetos e engenheiros, sendo perfeitamente possível a apresentação de atestados averbados junto ao CAU.

Por todo o exposto, agindo em defesa do interesse público e das melhores práticas de exercício profissional da Arquitetura e do Urbanismo, **solicitamos a retificação do edital** nos seguintes termos:

1. **Desmembramento da licitação por edificação a ser construída ou reformada avaliando, para casos de projeto de edificações novas, a possibilidade de contratação mediante concurso público de projeto de arquitetura, garantindo à equipe vencedora, como parte integrante do prêmio, o contrato para desenvolvimento integral do projeto até a etapa de ‘projeto executivo’;**
2. **Retirar a exigência de registro da empresa junto ao CBMERJ (item 6.4..2.2. do edital);**
3. **Alterar a forma de julgamento de ‘menor preço global’ para ‘técnica e preço’, definindo critérios claros e objetivos de pontuação, no caso de contratações que não ocorram pela modalidade de concurso;**
4. **Incluir a possibilidade de apresentação de Certidão de Acervo Técnico com Atestado averbado junto ao CAU (item 6.4 do edital).**
5. **Permitir a subcontratação para serviços de menor monta e especializados como é o caso das aprovações no Corpo de Bombeiros**

Reforçamos que o não atendimento ao nosso pleito, acarretará a contratação de projetos de baixa qualidade, induzindo à necessidade de aditivos indesejáveis e frustrando o interesse da população de usufruir de edificações e espaços públicos bem projetados, segundo as melhores práticas arquitetônicas da atualidade.

Por fim, recomendamos a análise do atual estado do quadro técnico de servidores públicos arquitetos e urbanistas desta Prefeitura, incluindo o plano de carreira da categoria, uma vez que tais profissionais são fundamentais para a elaboração de políticas públicas e para o planejamento, acompanhamento e execução de obras que contribuam para o desenvolvimento do município e para a garantia do pleno direito à Cidade e à Moradia Digna de toda a população, especialmente as mais vulneráveis, que mais sofrem com a falta de acesso a estes direitos. As atividades destes profissionais incluem também a própria elaboração de editais para contratação de serviços técnicos e a sua posterior fiscalização, nos casos em que os serviços não possam

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925

**CAU/RJ**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro

ser executados internamente pela equipe técnica da própria Prefeitura. Profissional generalista, com vasto campo de atuação, poderá atuar na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos de diversas naturezas (ex.: escolas, postos de saúde, habitação de interesse social, praças, restauro de bens históricos, etc.); no planejamento, acompanhamento e fiscalização de obras (públicas e particulares); na aprovação de projetos submetidos à análise do Poder Público para obtenção de licença de obras; na revisão do Plano Diretor e na atualização/modernização da legislação urbanística; na elaboração de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dentre inúmeras outras atividades. Quanto mais qualificados e valorizados forem tais profissionais, maior o retorno à sociedade e a garantia do pleno atendimento do interesse público. Entendemos que, além de obrigação legal, a remuneração justa - frente à complexidade e relevância social dos serviços prestados - é a forma mais efetiva de selecionar e reter os melhores profissionais.

Diante de todo o exposto, e certos do atendimento das solicitações, renovamos protestos de elevada estima e consideração colocando-nos à disposição para todo contato que se fizer necessário.

Pablo Benetti

Arquiteto e Urbanista

Presidente do CAU-RJ

RAPdO_GFIS

Avenida República do Chile, 230 - 23º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.031-170
E-mail: presidente@caurj.gov.br - Tel: (21) 3916-3925